

## EDUCAR NA DIVERSIDADE: UMA PERSPECTIVA SOBRE A ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA

### EDUCATING IN DIVERSITY: A PERSPECTIVE ON PEDAGOGICAL ACCESSIBILITY IN THE CLASSROOM

Thalyta Nogueira de Araujo  
Bianka Pires André  
Maria Eugênia Ferreira Totti

**RESUMO:** Educar na diversidade é sinônimo de ensinar em um contexto educacional no qual as diferenças individuais e as do todo, são destacadas e aproveitadas para enriquecer e flexibilizar o conteúdo curricular previsto. No que tange a deficiência visual, devido as suas características, singularidades e limitações; os alunos precisam de variadas formas de interação e recursos pedagógicos, bem como adequações no espaço escolar, para que o processo de aprendizagem ocorra de forma satisfatória e o estudante alcance o seu desenvolvimento de maneira global. Sendo assim, a presente pesquisa objetiva versar sobre a acessibilidade pedagógica em sala de aula, através da vertente da adaptação de materiais didáticos para alunos com deficiência visual. Posto isto, esta pesquisa apresenta diversas estratégias para a inclusão de alunos com esse tipo de deficiência através da adaptação de materiais didáticos. Visto que esses materiais adaptados contribuem para que a sala de aula seja vista pelo aluno, deficiente ou não, como um ambiente educativo interessante, onde os conteúdos são desenvolvidos de forma dinâmica, atrativa e prazerosa. A escolha dos materiais ideais deve levar em conta a proposta pedagógica da Instituição de Ensino, a faixa etária dos alunos, suas potencialidades, limitações e os recursos disponíveis no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Deficiência visual. Aluno com deficiência. Educação Especial.

**ABSTRACT:** Educating in diversity is synonymous of teaching in an educational context in which the individual differences and the ones of the whole, are highlighted and used to enrich and make the curricular content foreseen more flexible. Regarding visual impairment, due to its characteristics, singularities and limitations; the students need several forms of interaction and pedagogical resources, as well as adjustments in the school space, so that the learning process occurs in a satisfactory way and the student reaches his/her development in a global manner. Thus, the present research aims to deal with pedagogical accessibility in the classroom, through the adaptation of teaching materials for students with visual impairment. Therefore, this research presents several strategies for the inclusion of students with this type of disability through the adaptation of didactic materials. Since these adapted materials contribute for the classroom to be seen by the student, handicapped or not, as an interesting educational environment, where the contents are developed in a dynamic, attractive and pleasant manner. The choice of the ideal materials must take into account the pedagogical proposal of the Educational Institution, the age group of the students, their potential, limitations, and the resources available in the school environment.

**Keywords:** Visual impairment. Students with Impairment. Special Education.

## INTRODUÇÃO

A acessibilidade busca permitir que as pessoas com deficiência sejam autônomas e tenham condições de mobilidade, a fim de que possam desfrutar de espaços e se relacionarem socialmente (BEZERRA, 2007).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, Art. 3º, a acessibilidade é conceituada como:

“[...] condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2015).

A acessibilidade é um instrumento imprescindível para a eliminação das barreiras que impedem o deficiente de usufruir plenamente de seus direitos. Ela permite que os indivíduos atuem nas mais diversas esferas da sociedade. Porém, mesmo sendo “garantida”, alunos com deficiência visual encontram inúmeros obstáculos em sua rotina, desde obstáculos físicos até o despreparo da sociedade para lidar e atender as necessidades que a deficiência impõe, o que impede a atuação plena desses indivíduos em diversas esferas sociais, inclusive no ambiente escolar (BELLAVÉR, 2019).

De acordo com Freitas (2020), existem 7 tipos de acessibilidade: Acessibilidade atitudinal – diz respeito ao comportamento das pessoas. É relacionado ao preconceito, estigmas e estereótipos. Arquitetônica – referente a adaptação de ambientes e espaços físicos. Metodológica – também conhecida como acessibilidade pedagógica, pois se refere a metodologias de ensino. Instrumental – tem o objetivo de superar barreiras de utensílios, instrumentos e ferramentas. Programática – tem relação com normas, leis e regimentos voltados às necessidades da pessoa com deficiência. Comunicações – é relacionada a comunicação interpessoal, como a linguagem de sinais, por exemplo. E, por fim, a Natural – está relacionada a eliminação das barreiras da própria natureza. Quando esses tipos de acessibilidades não são devidamente trabalhados, eles se tornam barreiras na vida da pessoa com deficiência.

Esses tipos de acessibilidade têm relação com as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, descritas no Artigo 3º da Lei nº 13.146/2015, onde se lê:

Barreiras: Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e

- privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
  - d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
  - e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
  - f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Art. 3º; Lei nº 13.146/2015).

A Constituição Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96) além de garantirem a esses indivíduos o direito de frequentar qualquer unidade de ensino regular, também assegura que estas unidades lhes forneçam apoio especializado para o atendimento de suas necessidades. Isso inclui o fornecimento de recursos didáticos adaptados as peculiaridades de cada aluno.

Sendo assim, além da escola regular esses alunos têm o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como objetivo complementar ou suplementar o processo de aprendizado. O AEE deve ser feito no contra turno, ou seja, no horário oposto ao que o aluno estuda regularmente; em um ambiente adaptado; com recursos didáticos específicos que atendam às necessidades dos estudantes especiais; esse local é denominado como Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e se encontra na própria escola, onde os alunos estão matriculados. Este atendimento não substitui o ensino oferecido pela escola regular, porém, na maioria das vezes é utilizado como um complemento a ele (VIEIRA, 2018; GALVÃO FILHO, 2009).

A partir do exposto, a presente pesquisa objetiva versar sobre a acessibilidade pedagógica em sala de aula, através da vertente da adaptação de materiais didáticos para alunos deficientes visuais.

## AS FACES DA ACESSIBILIDADE

Educar na diversidade é sinônimo de ensinar em um contexto educacional no qual as diferenças individuais e as do todo, são destacadas e aproveitadas para enriquecer e flexibilizar o conteúdo curricular previsto no processo de ensino-aprendizagem. No caso da deficiência visual, devido as suas características, singularidades e limitações, é preciso que o material pedagógico e os recursos didáticos sejam adequados para promover a formação desses alunos, por isso, é preciso realizar a adequação das metodologias utilizadas em sala de aula (COELHO; ABREU, 2018).

Dessa forma, entende-se que, os alunos com deficiência visual precisam de variadas formas de interação pedagógica e de recursos para que o processo de aprendizagem ocorra de forma satisfatória, por isso, é preciso: suportes pedagógicos, acessibilidade arquitetônica, metodologias de ensino e currículos adaptados. Além disso, é essencial o

acompanhamento direto e atento desse aluno, identificando suas limitações e respeitando o seu tempo e modo de aprendizagem (VIEIRA, 2018).

No que diz respeito a acessibilidade em sala de aula, a Tecnologia Assistiva (TA) pode ampliar as formas de ensino e garantir o acesso à informação e ao conhecimento, proporcionando autonomia e diversos benefícios nas atividades escolares, substituindo materiais pedagógicos convencionais e de baixa tecnologia pelos recursos de alta tecnologia – como os softwares de acessibilidade (COELHO; ABREU, 2018).

Tais softwares permitem a intermediação com a escrita, leitura e comunicação. Além de facilitar o processo de aprendizado, proporcionando maior independência e qualidade de vida dos alunos com deficiência visual (SILVA; COSTA, 2018).

A definição de Tecnologia Assistiva conforme o artigo 3º inciso III da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15 apresenta-se da seguinte forma:

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015)

Dentre as opções disponíveis no mercado e que podem ser utilizadas em sala de aula para pessoas com DV, tem-se os programas que podem ser utilizados em celulares e computadores que são capazes de ler e ampliar telas, além de permitirem a escrita e a interação entre as máquinas e os não videntes. Ressalta-se também as impressoras Braille com capacidade de impressão de imagens e textos e uma série de equipamentos e hardwares, tais como: lupa eletrônica, mesa tátil, teclado e linha Braille, impressoras quem imprimem em alto relevo, dentre outros equipamentos que auxiliam no aprendizado e facilitam o dia a dia do deficiente, além de permitirem sua efetiva inclusão social e educacional (LIMA, 2019).

Um estudo realizado por Resende e Fernandes (2020), evidencia que os programas *ABBYFINE Reader* e *ADOBE Reader PRO* proporcionam aos alunos com deficiência visual a igualdade de acesso, bem como a aquisição do conhecimento presente nos livros e artigos científicos, que são utilizados e disponibilizados pela comunidade acadêmica. O estudo também ressalta que, a utilização do leitor de tela *NonVisual Desktop Access* (NVDA), classificado como uma Tecnologia Assistiva, para alunos com deficiência visual é indispensável para a leitura.

O NVDA é uma plataforma para a leitura de tela, traduzido para o português, significa desktop de acesso não visual. Através de voz sintética, o NVDA permite que alunos com deficiência visual possam acessar e interagir com o sistema operacional *Windows* e vários outros aplicativos (CORTELAZZO, 2012).



Dentre os *softwares* leitores de tela que permitem a escrita, a leitura, o uso e a interação com o computador, o *Virtual Vision* permite a utilização do *Windows*, de aplicativos do Pacote *Office*, de programas de comunicação e a navegação na internet. O aluno com deficiência visual poderá ouvir o que está sendo apresentado no momento da sua navegação. Sendo que um leitor de tela captura toda a informação textual e utiliza o sintetizador de voz para transmitir todas as informações ao DV (LIMA, 2019).

Há também o sistema DOSVOX, que é um sistema brasileiro, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e disponibilizado gratuitamente, que proporciona ao aluno com deficiência visual a utilização do computador com funções voltadas para edição de textos, leitura de documentos e recursos para impressão de textos em Braille. Além disso, o sistema possui jogos didáticos, calculadora vocal, relógio, ampliador de telas e leitor simplificado na tela (LIMA, 2019).

Também desenvolvido pela UFRJ, o programa Braille Fácil, é um software que permite a criação da escrita Braille, traduzindo palavras da linguagem usual para o código Braille, de forma rápida e fácil, como o próprio nome diz (PIEIDADE, 2018).

É importante salientar que o computador e as tecnologias assistivas utilizadas pelo aluno DV são inúmeras e, quando aliadas a uma prática que propicia a compreensão dos conteúdos e do acesso à informação e comunicação, oportunizam o desenvolvimento de cidadãos éticos e preparados para a sociedade, o que torna as tecnologias assistivas poderosas ferramentas para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo positivamente para o desenvolvimento cognitivo, raciocínio lógico, e promovendo a interação com os demais alunos. Logo, o professor assume papel de mediador das questões pedagógicas, com a utilização do computador como recurso essencial para a educação desses alunos (SILVEIRA, 2010).

Entretanto, os recursos tecnológicos nem sempre são acessíveis para a comunidade escolar, sendo necessário a busca de novas metodologias de fácil acesso e baixo custo que propiciem a inclusão desses indivíduos (PIEIDADE, 2018).

## ACESSIBILIDADE E OS MATERIAIS ADAPTADOS

No que tange a essas adaptações e recursos mais simples, uma alternativa viável é a utilização de materiais artesanais, tais como: biscoito, miçangas, isopor, linhas, botões e diversos tipos de materiais com diferentes texturas. Essas metodologias são mais utilizadas do que as tecnologias assistivas, devido ao fácil acesso, baixa complexidade de manipulação e baixo valor de custeio, e também por apresentarem resultados satisfatórios na facilitação do processo de ensino-aprendizagem (HADDAD, 2001).

Os materiais adaptados com foco na utilização do tato, são em alto relevo e tem como objetivo explorar os conteúdos das disciplinas que compõem o currículo, como: história, geografia, ciências, matemática, dentre outras. São mapas táteis, maquetes, figuras em alto relevo, objetos tridimensionais, em sua maioria confeccionados com os materiais artesanais supracitados (LIMA, 2019).

As adaptações acima mencionadas, são voltadas para alunos cegos, que não

dispõem da visão e utilizam o tato como um dos sentidos principais para acessar o ambiente a sua volta. Já em relação aos alunos baixa visão, as adaptações realizadas para facilitar o acesso deles aos conteúdos, são baseadas na ampliação de imagens e textos, maior espaçamento entre letras e linhas, bem como a utilização de maiores contrastes entre texto e fundo e/ou imagem e fundo (VONNI, GONÇALVES E CORREIO, 2014; LIMA, 2019).

No processo de escrita no caderno, é importante utilizar cadernos com pautas escuras e mais largas, lápis 6B ou 4B, caneta hidrográfica com a ponta mais grossa, do tipo “marca texto”, preferencialmente na cor preta para oferecer melhor contraste com a folha branca do caderno. É desejável também não utilizar o verso da folha, pois pode causar confusão ao aluno na hora de realizar a leitura. Já em relação aos textos digitados no computador, a ampliação é um fator importante no que concerne a adaptação e acessibilidade. Sendo assim, é desejável utilizar fontes mais legíveis, como Arial, Tahoma ou Verdana, em negrito, tamanho 24, não utilizar apenas letras em caixa alta, pois a diferenciação entre maiúsculas e minúsculas facilita a leitura (VONNI, GONÇALVES E CORREIO, 2014; HADDAD, 2001; LIMA, 2019).

Uma técnica conhecida como Tiposcópio pode auxiliar na leitura do aluno baixa visão devido ao aumento do contraste, não permitindo pular as linhas, e facilitando a localização e continuidade da leitura, além de reduzir a reflexão da luminosidade no papel branco. Pode ser feito com EVA, papelão ou plástico preto sem brilho, e possui fendas recortadas de acordo com a disposição da escrita no livro ou caderno do aluno (LIMA, 2019).

Vale destacar também que a sala de aula deve ser bem iluminada e sem focos de luz que ocasionem reflexão no quadro, deve-se dar preferência a utilização de lâmpada incandescente ou fluorescente no teto. Uma forma prática é o professor sentar-se na cadeira do aluno e ler no quadro para verificar se a condição de leitura é favorável ao entendimento do estudante (LIMA, 2019).

Os serviços de audiodescrição também são considerados ótimos métodos pedagógicos para inclusão de alunos com deficiência visual, pois transformam aquilo que é visto em palavras, proporcionando referência e compreensão do ambiente. Além de propiciar a independência e autonomia para a inclusão desses alunos, permite o acesso à informação e a cultura com maior compreensão dos programas de tv, filmes, séries, dentre outros. Os educadores podem e devem utilizar a audiodescrição em sala de aula, descrevendo o universo imagético presente na escola, as imagens dos livros didáticos e de histórias, gráficos, mapas, vídeos, fotos, experimentos científicos e desenhos apenas com a própria voz, sem utilização de equipamentos (LIMA, 2019).

A adaptação de jogos como: dominó, memória e quebra-cabeça, auxiliam a desenvolver relações e memorização de conceitos, além de oferecerem um contraste simples (grande/pequeno, liso/áspero) (PIECADE, 2018).

O sistema Braille é uma ferramenta fundamental e imprescindível no desenvolvimento do indivíduo com deficiência visual, e não deve ser substituído por nenhuma tecnologia. De maneira gráfica, a punção e a reglete estão para o indivíduo cego



como a caneta e o papel estão para o indivíduo que possui visão plena. Vale ressaltar, que grande parte das pessoas cegas só tem acesso ao sistema Braille quando são inseridos no meio escolar, diferentemente das crianças com a visão plena, que tem acesso à leitura desde cedo por meio da televisão, revistas, cartazes, facilitando o processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Deste modo, grande parte dos indivíduos que perderam a visão tardiamente, ou seja, após o período escolar, não possuem conhecimento ou domínio do sistema Braille (BARBOSA et al, 2014).

Sá, Campos e Silva (2007) orientam quanto ao tamanho dos materiais, que devem sempre ser confeccionados ou escolhidos em tamanho que atenda às necessidades dos estudantes com deficiência visual, já que materiais muito pequenos não possibilitam a percepção dos detalhes. Além disso, o material precisa apresentar significação tátil, ou seja, possuir relevo perceptível e diferentes texturas. Outro ponto importante é que os materiais não provoquem rejeição ao manuseio, provocando reações desagradáveis.

Esses materiais podem desempenhar inúmeras funções, dentre elas: expor um conteúdo, auxiliar na memorização, motivar o alunado, tornar a aula mais descontraída, etc. A função que o material irá desempenhar dependerá do objetivo do professor para com a turma (LORENZATO, 2006). Podendo ainda ser fundamental, pois “facilita a análise, a observação, desenvolve o raciocínio lógico e crítico, sendo excelente para auxiliar o aluno na construção dos seus conhecimentos” (TURRIONI; PEREZ, 2006).

Além das metodologias de adaptação que utilizam materiais artesanais, existem também as que demandam a utilização de computadores e materiais tecnológicos. Um exemplo dessas metodologias são as adaptações de imagens em *softwares* de computador para posterior impressão em alto relevo em impressoras especiais, como as térmicas e as 3D. Também existem estudos que utilizam as canetas 3D para gerar relevos.

A vantagem dessa forma de adaptação é que os materiais não se deterioram, antes o professor pode adaptar o conteúdo no computador e salvá-lo em arquivo ou até mesmo compartilhá-lo na internet, montando um repositório de modelos imprimíveis, a fim de que outras pessoas possam ter acesso. A partir disso, basta que o professor selecione os conteúdos adaptados que atendem a sua necessidade e realize a impressão adequada (AGUIAR, 2016).

Uma das definições para os materiais paradidáticos é que são aqueles que, sem serem propriamente didáticos, acabam sendo utilizados para este fim. Trata-se de um recurso muito importante, uma vez que através de aspectos mais lúdicos ele consegue ser eficiente do ponto de vista pedagógico. Eles são adotados paralelamente aos didáticos convencionais e criam caminhos e abordagens diferentes para que possa desenvolver trabalhos relacionados aos mais diversos assuntos (MENEZES, 2001).

Quando se trata de crianças, o ensino lúdico consegue tornar os assuntos mais interessantes, e o professor consegue trazer o tema que quer ensinar de uma forma que fique mais próxima da realidade dos alunos, demonstrando os valores morais da história, as situações que se passam na narrativa ou trabalhando conceitos estudados nas matérias do currículo escolar. Desse modo, se torna menos cansativo e mais interessante para o estudante, que tem mais prazer pelo aprendizado (PETIT, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo escreve Justino (2011), quando a utilização dos recursos didáticos é associada as tecnologias inovadoras e somados a prática pedagógica adequada do professor, o interesse do aluno é despertado, pois é oferecido um conjunto de recursos e ferramentas de comunicação e informação, tornando assim, um componente essencial de pesquisa e um relevante instrumento de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, materiais paradidáticos contribuem para que a sala de aula seja vista pelo aluno como um ambiente educativo interessante, onde os conteúdos são desenvolvidos de forma dinâmica e prazerosa. A escolha dos materiais ideais deve levar em conta a proposta pedagógica, a faixa etária dos alunos, suas condições, limitações, dificuldades e os recursos disponíveis (BITTENCOURT, 2008).

Da mesma forma que os materiais didáticos podem ser adaptados para a compreensão dos deficientes visuais, os paradidáticos também podem e devem, pois permitem que os deficientes visuais, principalmente as crianças tenham acesso a esse formato de aprendizado mais lúdico e assim se sintam incluídas no mundo em que vivem (RANGEL, 2005).

Como escreveu Soares (2010), os modelos didáticos permitem que o aluno atue ativamente no processo de construção do conhecimento, concedendo ao professor o papel de estimular e favorecer o desenvolvimento do aprendizado, além de fornecer igualdade de oportunidades no ensino.

Portando, é de responsabilidade da escola delinear as necessidades de seu alunado e planejar as práticas inclusivas que deverão ser implementadas. Consta na Declaração de Salamanca (1994) que o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”.

Com base nessa Declaração, o atendimento educacional especializado de alunos com deficiência visual deve ser elaborado objetivando complementar a formação desses discentes através do oferecimento de recursos pedagógicos acessíveis que auxiliem o processo educativo, eliminando as dificuldades que impedem o aprendizado e o relacionamento desses indivíduos com os demais e oportunizando o conhecimento de forma total (ARAÚJO, 2011). Além de favorecer o ensino do aluno com deficiência, os materiais didáticos adaptados também viabilizam a oportunidade de aprendizado aos demais alunos, visto que a curiosidade deles aumenta durante as aulas com materiais diferenciados e isso propicia a aprendizagem de todos (FRIAS & MENEZES, 2008).

Não há dúvidas de que apresentar qualquer tipo de deficiência se torna uma barreira na sociedade, seja porque ainda existe o preconceito nos dias atuais, seja por falta de acessibilidade ou de profissionais preparados nas mais diversas áreas para lidar com o diferente. O fato é que todo ser humano merece se sentir incluído, merece ser respeitado e ter seus direitos garantidos, fazendo parte de um grupo e da sociedade.

No que diz respeito à deficiência visual, ainda há muito trabalho de conscientização

e acessibilidade a ser feito, mas também já houve muitas conquistas, principalmente no âmbito escolar. Em suma, a escola é a segunda casa de uma criança e ela precisa se sentir acolhida e ter suas necessidades atendidas para que o aprendizado seja satisfatório. Conclui-se, que é possível identificar maior preocupação por parte dos docentes em atender melhor a esse público, e que é altamente recomendável buscar por qualificação contínua e novas formas de transmitir o aprendizado às crianças e jovens com qualquer tipo de deficiência.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, P. M.; SANTOS, A. P. M.; FERREIRA, F. C.; VALE, H. C. Inclusão escolar: o sistema braille na adaptação de livros didáticos e paradidáticos. **I Seminário Internacional de Inclusão Escolar: práticas em diálogo**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAP/UEJR – 21 a 23 de outubro de 2014.

BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. **Docência em formação**. São Paulo: Cortez, 2008.

COELHO, P. F. C.; ABREU, N. R. O deficiente visual e a escola: um estudo etnográfico sob a perspectiva da pesquisa transformativa do consumidor. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 86, jul./set. 2018. p. 485-510

CORTELAZZO, I. B. C. In. As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Sadao Omote (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2012.

**Declaração de Salamanca**. Princípios e prática em Educação Especial (1994). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

HADDAD, M. A. O.; SAMPAIO, M. W.; JOSÉ, N. K. Auxílios para Baixa Visão. São Paulo: **Lara Mara**, 2001.

JUSTINO, M. N. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docente**. Curitiba: Ibpx, 2011.

MENEZES, E. T. Verbetes paradidáticos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. 2ª ed. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANGEL, E. O. Avaliar para melhor usar – avaliação e seleção de materiais e livros

didáticos. *In*: BRASIL. MEC. **Salto para o Futuro**.TV Escola: Materiais didáticos: escolha e uso. Boletim 14, agosto 2005.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado**. Deficiência Visual. SEESP/SEED/MEC. Brasília, 2007.

TURRIONI, A. M. S.; PEREZ, G. Implementando um laboratório de educação matemática para apoio na formação de professores. *In*: LORENZATO, Sérgio. **Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.